



X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

AS DISCURSIVIDADES E DISPUTAS NA POLÍTICA CURRICULAR DA  
BNCC: PENSADO A SUA DIMENSÃO NORMATIVA

Adrião da Silva Mendes<sup>1</sup>

Raquel da Silva Freitas<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse artigo tem a intenção de pensar a produção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sendo homologada no contexto brasileiro em 2017. Essa política curricular está ligada ao contexto de produção discursiva no cenário internacional onde grupos, ligados a iniciativa privada, tenta constituir uma política voltada ao neoliberalismo no sentido de governamentalidade na condução da população. Dessa forma, o currículo se torna um veículo de produção de subjetividade para produzir um sujeito auto-governável. Colocamos como objetivo desse trabalho: descrever as discursividades e disputas na política curricular da BNCC pensando a sua dimensão normativa. Com foco na especificidade do objetivo de estudo vamos usar o aporte metodológico da análise bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2003). No primeiro tópico tentamos descrever o currículo como discursividade, indo além da metafísica curricular, entendendo as disputas de vários discursos pela hegemonia do campo curricular. No segundo tópico descrevemos os processos normativos nas perspectivas das políticas curriculares e como a BNCC tem o sentido de conduzir a população, produzindo subjetividade, para as demandas de grupos, muitas vezes, ligados ao capital, mas esse discurso, que tenta ser universal, é sempre fracassado diante dos vários significados e agentes em disputa nesse campo discursivo. Por fim, terminando o artigo colocando nossas considerações finais sobre a discussão.

**Palavras-chaves:** BNCC. Normatização Discurso. Disputas. Produção

DISCURSIVITIES AND DISPUTES IN BNCC'S CURRICULUM POLICY:  
THOUGHT INTO ITS NORMATIVE DIMENSION

**Abstract:** This article intends to think about the production of the National Common Curricular Base (BNCC) being approved in the Brazilian context in 2017. This curricular policy is linked to the context of discursive production in the international scenario where groups, linked to the private initiative, try to constitute a policy aimed at neoliberalism in the sense of governmentality in the conduct of the population. In this way, the curriculum becomes a vehicle for the production of subjectivity to produce a self-governing subject. We set the objective of

<sup>1</sup> Mestrando em Educação Contemporânea - PPGEduc, adriao.mendes@ufpe.br.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação – PPGEduc/UFPE, raqueldasilvafreitas.ufpe@gmail.com

05 e 06 de setembro de 2022.

João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

**"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo**

this work: to describe the discursivities and disputes in the BNCC's curriculum policy, considering its normative dimension. Focusing on the specificity of the study objective, we will use the methodological contribution of the bibliographic analysis (LAKATOS; MARCONI, 2003). In the first topic we try to describe the curriculum as discursivity, going beyond curriculum metaphysics, understanding the disputes of various discourses for the hegemony of the curriculum field. In the second topic we describe the normative processes in the perspectives of curricular policies and how the BNCC has the sense of leading the population, producing subjectivity, for the demands of groups, often linked to capital, but this discourse, which tries to be universal, is always failed in the face of the various meanings and agents in dispute in this discursive field. Finally, the article ends with our final remarks on the discussion.

**Keywords:** BNCC. Standardization. Speech. disputes. Production.

## INTRODUÇÃO

A ideia de um currículo nacional não é nova e nem do cenário do Brasil, pois, é um sentido diante das demandas que constituem as reformas neoliberais, por exemplo, o governo de Margareth Tatcher, a Dama de Ferro, na década de 80. Esse currículo consiste na produção de uma racionalidade sobre os professores/as e educandos/as, resumidamente, se impõe valores das demandas industriais capitalistas e uma ideia um passado único. Atribuímos dois valores a esse currículo: o mercado e uma perspectiva conservadora de extrema-direita, como era a opção de Tatcher e o seu partido. Esse movimento curricular se espalha entre os anos 80 e 90 pelo mundo, alguns países afetados são a Nova Zelândia, Estados Unidos, Austrália e Brasil através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Podemos entender também uma recontextualização, em cada contexto, e as disputas por espaço, criando algumas brechas, para pensar a diversidade, no entanto, muitas vezes, essas fissuras aparecem em uma perspectiva moldada em um processo de caricaturar as pautas das lutas sociais. Isso acontece devido à globalização neoliberal onde se menciona em uma roupagem fixa e acrítica as demandas políticas de certos grupos.

Voltando ao sentido da educação neoliberal compreendemos não só, em resumo, uma visão econômica, como a imposição capitalista sobre a massa, mas a dimensão subjetiva, mais profunda, de produção de um sujeito auto-governável no sentido de governamentalidade

05 e 06 de setembro de 2022.

João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

**"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo**

constituído por Foucault (1997), sendo esse conceito atribuído a condução da população, assim, podemos pensar que a escola tem um papel fundamental para gerir e produzir a população.

Podemos, nesse momento, começar a constituir o contexto da produção da BNCC e seus principais agentes. O primeiro movimento constitutivo nasce da Base Comum Nacional na Educação (BNCE) em 2013 no seminário internacional Liderando Reformas Educacionais, que aconteceu nos EUA, organizado e patrocinado pela Fundação Lemann. Outros parceiros da base são Itaú, Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola entre outros. Percebemos que a (BNCE) depois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é produzida pelo contexto de influência privada ligada a instituições relacionadas ao mercado e ao capital internacional.

A dimensão principal desse documento, ou sua premissa, é a centralização nacional dos conteúdos, direito de aprendizagem e padrões de avaliação. Dessa forma, entendemos uma captura desses conceitos pela iniciativa privada para homogeneização e economização social através da escola. Com a BNCC, homologada para o território nacional no ano de 2017, se torna obrigatório aos currículos, em todos os níveis, sua regulação ou normatização pelos critérios da base, limitando o desenvolvimento de currículos nas suas dimensões locais, porém, não impedindo as traduções nos vários níveis e contextos. Assim, existe a possibilidade fuga dos/as docente/as e das escolas, no entanto, as cobranças levam a implementação da BNCC, com ação da força institucional. A implementação da base, muitas vezes, acontece através de instituições, do setor privado, que vendem pacotes onde os/as professores/as são meros aplicadores didáticos. Nesse contexto, compreendemos que a BNCC tem um sentido neoliberal entendido além da relação econômica de influência, pois, percebemos essa estruturação como produtora de subjetividade, forma de controle, em todas as dimensões da vida social. Dessa maneira, colocamos como objetivo desse artigo: descrever as discursividades e disputas na política curricular da BNCC pensado a sua dimensão normativa.

Para responder nosso objetivo vamos usar uma análise bibliográfica. Assim sendo, podemos entender, delineado, esse aporte metodológico como o/a autor/a ou autores/as criam

05 e 06 de setembro de 2022.

João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

**"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo**

um sentido para determinado conceito entendendo esse em um contexto, de várias, influências que são problematizadas por quem escreve e depois analisados por um pesquisador em um levantamento teórico (LAKATOS; MARCONI, 2003). Por exemplo, a delimitação do conceito de normatização da BNCC em um viés discursivo que será discutido por autores do campo do currículo, que vão ser analisados nesse artigo.

No primeiro tópico tentamos descrever o currículo como discursividade, indo além de metafísica curricular, entendendo as disputas de vários discursos pela hegemonia do campo curricular. No segundo tópico descrevemos os processos normativos nas perspectivas de políticas curriculares e como a BNCC tem o sentido de conduzir a população, produzindo subjetividade, para as demandas de grupos, muitas vezes, ligados ao capital, mas esse discurso, que tenta ser universal, é sempre fracassado diante dos vários significados e agentes em disputa nesse campo discursivo. Por fim, terminado o artigo colocando nossas considerações finais sobre a discussão.

### **O CURRÍCULO COMO PRODUÇÃO DISCURSIVA**

A palavra currículo ou o conceito de currículo pode ser caracterizado em uma percepção polissêmica, como abertura aos múltiplos significados, das várias dinâmicas discursivas de uma época e também aos hibridismos. Nesse sentido, o currículo sempre está aberto, algo em constante produção, as várias dimensões de significados e deslocamentos de suas demandas sociais, segundo Silva:

[...] currículo a partir da noção de discurso, as definições de currículo não são utilizadas para capturar, finalmente, o verdadeiro significado de currículo, para decidir qual delas mais se aproxima daquilo que o currículo essencialmente é, mas em vez disso, para mostrar que aquilo que o currículo é depende precisamente da forma como ele é definido pelos diferentes autores e teorias. (SILVA, 2015, p. 14)

Entendemos o currículo em um sentido de produção discursiva, portanto, algo fabricado em determinado contexto, não uma representação da realidade em si. Tentamos aqui exorcizar qualquer perspectiva metafísica do que seria um currículo, isto é, a dimensão anterior a

05 e 06 de setembro de 2022.

João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

**"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo**

linguagem ou a própria teoria curricular como algo existe antes da linguagem. Dessa forma, existe uma subjetividade produtiva, ou de significação, que atua tanto na produção dos documentos curriculares quanto nas suas traduções em contextos escolares, como se refere Corazza “Que sua sintaxe e semântica têm uma função constitutiva daquilo que enuncia como sendo ‘escola’, ‘aluno/a’, ‘professor/a’ ‘pedagogia’, e inclusive ‘currículo’” (2001, p. 10). Essa dimensão do discurso está vinculada aos próprios sentidos e contextos que não atingem uma verdade, mas produzem regimes de verdade ou efeitos de verdades vindos das subjetividades dos seus produtores.

Tentamos, aqui, decentralizar e profanar a ideia de um currículo como algo transcendente aos agentes, porque esse algo é produzido discursivamente dentro de um contexto de disputas. O currículo é ligado a um modelo de sociedade em “[...] que as teorias do currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrições sobre o tipo de pessoa que elas consideram ideal.” (SILVA, 2015, p.15). Assim, entendemos os discursos, sendo relações sociais, no sentido de conceberem determinados significados a certos conhecimentos como válidos. Esse jogo de produzir significados vem em conjunto com relações de poder, validando, determinado modelo de conhecimento e de sociedade em detrimento aos outros.

A realidade descrita nos currículos é criação do próprio discurso, não anterior, criando uma forma de representação do que seria o real. Essa realidade apresentada por um currículo tem sua ordenação feita através de práticas linguísticas que são produtivas “Parece que ele nem quer saber que sua linguagem não apenas ‘representa’ o mundo das coisas, mas também fábrica este mundo, as próprias coisas, e a modalidade das relações entre as coisas” (CORAZZA, 2001, p.12). Um discurso aparece como episteme de uma época em detrimento de outras isso não é diferente com o currículo “Que seu discurso fornece apenas uma das tantas maneiras de formular o mundo, de interpretar o mundo, e de atribuir-lhe sentidos” (CORAZZA, 2001, p.10). Podemos atribuir isso a tríade desenvolvida por Foucault Saber-poder-verdade: saber para produzir um conhecimento de algo, sobre esse conhecimento afirma o poder normatizador e excludente de outras dimensões distintas da norma e verdade é a naturalização desse saber-

05 e 06 de setembro de 2022.  
João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

**"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo**

poder nas relações sociais em determinada época. Isto é, a existência, sendo produzida, de uma ordem para as coisas serem e possam ser ditas, isso não é diferente nas teorias curriculares, na compreensão de Lopes e Macedo:

[...] as concepções do que vem a ser currículo se modificam em função das diferentes finalidades educacionais pretendidas e dos contextos sociais nos quais são produzidas. Ainda assim, frequentemente estão relacionadas as perguntas: qual conhecimento deve ser ensinado na escola? Qual conhecimento deve ser incluído no currículo e, por conseguinte, qual deve ser excluindo? (LOPES; MACEDO, 2011, p.70)

O contexto e os agentes sociais, com suas demandas, disputam o campo da produção curricular, dessa forma, não entendemos aqui uma visão estadocêntrica, onde as políticas são só feitas nos âmbitos dos governos, mas, sim, em várias realidades e suas disputas. O conhecimento não é um dado pronto sendo algo que se produz em múltiplos contextos e relações de poder para a construção de subjetividade para determinada sociedade.

**AS POLÍTICAS CURRICULARES NO SENTIDO NORMATIVO DA BNCC, UM ESPAÇO DE DISPUTAS POR SIGNIFICAÇÃO**

A escolha de um projeto ou modelo de currículo que tem a pretensão de ser normativo é sempre falido, pois, sempre a dimensionalidade da produção dos significados culturais é aberta as disputas e negociações nisso a “[...] teoria curricular tem sancionado experiências legitimadas como educativas. Ela está ali para suturar seu próprio fracasso, controlar os excessos, definir o que deve ser jogado para o lugar da invisibilidade” (MACEDO, 2018, p. 154). Dessa maneira, a homogeneização é uma tentativa frustrada no âmbito da educação, muitas vezes, acaba tentando fechar o fluxo cultural e impor identidades que vão na contramão das diferenças ou currículos diferenciados. A cultura é algo vivo que destrói as normatividades curriculares pelo, simples, movimento de significação e reflexão sobre si — como produtor de uma identificação cultural individual, sendo singular, ou compartilhada no coletivo — é só pensar em comunidades camponesas, indígenas e quilombolas que reivindicam uma educação diferenciada, com base na produção de seus significados culturais.

05 e 06 de setembro de 2022.  
João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

**"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo**

Qual seria o sentido de normatização nas teorias curriculares e sua produção nas políticas curriculares? Desde John Franklin Bobbitt e Ralh Tyler o currículo e programas tem a intenção de produzir subjetividades uteis, como dito anteriormente, para determinado modelo de sociedade, portanto, formas de conduzir a população. Nesse contexto, existe um ideal, único, de nação e população no sentido, de um modelo, que deve criar condições para fortalecer o Estado neoliberal e agir sobre as demandas desse, como coloca Macedo e Ranniery:

Partimos da ideia de que as políticas curriculares são, por sua natureza, discursos normativos com a finalidade de gerir populações. [...] o social é antagonico ou ontologicamente político, as políticas como manifestação ôntica atuam no sentido de tornar hegemônicas certas posições particulares. Elas oferecem fronteiras que delimitam quem tem direito a ser reconhecido, produzindo efeitos, dentre eles identificações subjetivas, ou endereçamentos. (MACEDO; RANNIERY, 2018, p. 743).

As políticas ou políticas curriculares são gerenciadoras do social, na dimensão dos conflitos, possibilitando uma posição discursiva se tornar hegemônica, isto é, quais são as condições para existir e qual é forma correta de existir para ser melhor eficaz para o Estado neoliberal. Assim, podemos compreender um projeto normativo, porém, um normativo que captura diferentes discursos e os reestrutura ou hibridiza no sentido de homogeneização “[...]no contexto mais global das políticas, ideias e práticas que pareciam completamente irreconciliáveis podem eventualmente se entrelaçar e se insinuar como norma. (MACEDO; RANNIERY, 2018, p. 743). Os conhecimentos e ideias da dimensão social, que é plural, são aprendidos por políticas curriculares e tem o seu significado desestabilizado para virar outra coisa. Fica claro, que as políticas curriculares vão ao encontro da produção subjetiva do Estado neoliberal para conduzir a população aos seus interesses, na visão Mainardes:

Os textos são produto de múltiplas influências e agendas, e a sua formulação envolve intenções e negociações dentro do Estado e dentro do processo de formulação da política. Nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas, e apenas algumas vozes são ouvidas. Assim, análise de documentos de políticas não é algo simples, mas demanda pesquisadores capazes de identificar ideologias, interesses, conceitos, empregados, embates envolvidos no processo, e vozes presentes e ausentes, entre outros aspectos. (MAINARDES, 2011 p. 157)

05 e 06 de setembro de 2022.  
João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

**"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo**

Os textos não podem ser simplesmente vistos como uma política de resolução de problemas como é atribuído a BNCC: que demarca o problema da educação no Brasil é a falta de um padrão ou uma normativa para equalizar as aprendizagens em seu território. Assim, compreendemos relações de poder dentro de um campo de produção de políticas e os seus agentes de interesse, atribuindo isso uma dimensão discursiva a “Mediação discursiva não nos remete a uma presença que a prescinde, visto que ela é o próprio campo da construção dos objetos” (LACLAU, 2015, p.18). Podemos entender a produção de políticas como uma discursividade onde significados particulares tentam se hegemonizar como verdades, entretanto, sempre existe uma plenitude ausente que é abertura para novos significados, não fixos, proporcionando desestabilização dos efeitos de verdade ou políticas afirmadas em uma base de verdades.

Queremos deixar claro a impossibilidade da BNCC ser vista como uma panaceia para a educação, pois, é um discurso, em um cenário de vários outros, não uma generalização para resolver todos os problemas da educação. Sendo assim, ela não conseguiu ser totalmente completa, sempre há um vazio, acaba, sempre, articulando um discurso que tem a pretensão de representar a realidade, em sentido total, criando um falso universal, nas palavras de Laclau:

Toda essa história aparentemente nos leva a uma conclusão inevitável: a brecha entre o universal e o particular é irreparável – o que equivale dizer que o universal nada mais é do que um particular que em algum momento se tornou dominante, que não há nenhuma possibilidade de alcançar uma sociedade reconciliada. (LACLAU, 2011, p. 52)

Os universais antes eram particulares que, por determinado contexto, se tornaram hegemônicos, ou seja, existe uma falsa natureza, essencial, da coisa mesma, no transcendente que se torna universal. Nesse sentido, entendemos a BNCC como um contexto que vem se hegemonizando não só em um cenário brasileiro, mas em um cenário mais amplo e global, como menciona Ball:

A criação das políticas nacionais é, inevitavelmente, um processo de “bricolagem”; um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de idéias de outros contextos, de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias canibalizadoras, de investigação, de adoção de tendências e modas e, por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar. (BALL, 2001, p. 102)

05 e 06 de setembro de 2022.

João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

**"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo**

O processo de produção de políticas nacionais está ligado ao contexto de influência das comunidades epistêmicas internacionais geridos pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional de Desenvolvimento. Esses grupos, descritos, ditam formatos de projetos educacionais e criam restrições político-econômicas para os países que não efetivarem os seus projetos. Assim, entendemos que certas pedagogias, dessas organizações, tem uma influência neoliberal estando relacionadas a produção de uma subjetividade no sentido da governamentalidade como um poder sobre a população, como estrutura de conduzir, baseando-se em formas de conhecer e controlar, porém, não fora do indivíduo sendo necessário que ele se torne um sujeito auto-governável (FOUCAULT, 1997).

No percurso do currículo, damos ênfase, compreendendo o caráter normativo produtor da BNCC, ou seja, o que seria valido para ser ensinado abrangendo uma homogeneização dos currículos, em todos os níveis, impedito outras formas no caso da “[...] BNCC, o caráter normativo incide na obrigatoriedade que cria mecanismos que dificultam a possibilidade de escapes ou formas plurais de leitura dessas disposições, principalmente se observamos a organização mesmo da BNCC[...].” (FRANGELLA, 2020, p. 5). Nesse sentido, vemos, de maneira explicita, uma estrutura de controle sobre a dimensão subjetiva enfatizando aspectos dos/as alunos/as, em suas experiências, que vão trabalhar práticas de interiorização das competências e habilidades para construção de sua Self, na descrição de Silva:

A produção do sujeito auto-governável das sociedades modernas. A produção desse sujeito auto-governável é precisamente o objetivo da ação de instituições como a educação (o currículo), a igreja, os meios de comunicação de massa, as instituições de “terapia”... E aqui, outra vez, tornam-se importantes as formas de conhecimento, só que desta vez, dirigidas ao conhecimento do próprio eu. (SILVA, 1996, p.162)

Assim, entendemos os sentidos da base na produção de si do/a educando/a para auto-regulação de demandas sociais. O currículo, acaba sendo um dispositivo, que se torna regulador das relações neoliberais na educação pública, isto é, o espaço escolar se torna criador de um projeto de vida que é intrínseco as relações dos aspectos capitalistas onde os/as alunos/as são

05 e 06 de setembro de 2022.

João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

**"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo**

imersos em narrativas subjetivas para estarem prontos a aturem a favor do capital, na descrição de Macedo:

Mesmo que haja tensões na ideia de que uma educação de qualidade requer metas, objetivos e controle externo, julgo que não se pode desconsiderar os seus desdobramentos para a educação. Preocupa-me [amedronta-me, queria dizer], especialmente, o fato de que tal ideia venha trafegando por zonas de interseção entre discursos públicos e privados nas quais vão sendo construídos os sentidos para educação. (MACEDO, 2014, p.1549)

O perigo da Base está nas demandas sociais, do neoliberalismo, e relações de poder onde quem pretende gerenciar a educação é a iniciativa priva. Empresas querem produzir, através da educação, sujeitos para a sociedade capitalista e o currículo se torna um instrumento de normatização. O problema não está no conteúdo, mas quem produz os discursos onde se encerem os conteúdos e seus projetos de sociedade, segundo Rosa:

[...]no contexto da globalização, mudanças significativas ocorrem no modo como as políticas são formuladas nacional e globalmente. E que, nesse processo altamente complexo e veloz, as fronteiras entre o público (identificado com a ação do estado) e o privado (interesses de grupos particulares) se tornam cada vez mais turvas e obscurecidas, por efeito das novas formas de relacionamento dos governos com esses atores (representantes de startups, empreendedores educacionais, Ongs e de entidades filantrópicas) que se dedicam à “causa” (advocacy) da educação. (ROSA, 2019, p.6)

O novo cenário com o advento da globalização, no contexto neoliberal, some coma as relações entre público e privado, que é bem evidente, na produção da BNCC, porque os seus fundamentos normativos para o currículo público tem extrema influência e demandas das intuições do setor privado nisso “Frequentemente foi afirmado o caráter neoliberal dessa iniciativa, vinculando-a tanto à ideia de construção de um currículo comum nacional a ser avaliado de forma centralizada quanto à submissão a orientações internacionais.” (LOPES, 2015, p. 451). Por fim, entendemos como estruturação de um currículo comum, para todos, não é simples demanda para solucionar um problema de aprendizagem, mas, uma dimensão mais ampla, com interesses de vários que tentam se assumir como um discurso hegemônico do campo educacional. A sempre uma forma de poder de vários agentes, e suas demandas, nem sempre preocupados, como querem aparentar, com uma educação de qualidade.

05 e 06 de setembro de 2022.  
João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de currículo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder o nosso objetivo que é descrever as discursividade e disputas na política curricular da BNCC pensado a sua dimensão normativa: primeiro entendemos perspectiva do currículo com a desconstrução da dimensão transcendente e colocamos esse documento, estruturado por vários agentes, como uma produção discursiva em disputa pela significação de um campo que tenta afirmar seu significado como hegemônico. Nesse sentido, a produção curricular tem um interesse de conduzir a população, para um modelo de sociedade, na forma de fabricar determinada subjetividade sobre os/as educandos/as.

A BNCC, homologada em 2017 para todo território nacional, tenta normatizar as aprendizagens insinuando, uma possível, melhoria na educação, todavia, há, uma gigantesca, influência das comunidades epistêmicas ligadas ao neoliberalismo, isto é, a base, em sua essência, tem uma influência da iniciativa privada. Dessa maneira, compreendemos o caráter normativo da BNCC como um discurso particular, do setor privado, que tenta se tornar universal, contudo, repetidas vezes, vai estar fadado ao fracasso, logo que existem multiplicidades de significados produzidos em vários contextos e processos de disputas pela hegemonia do campo curricular tanto global quanto local — isso impossibilita uma plenitude para qualquer discurso curricular mesmo em um modelo político ao nível nacional.

REFERÊNCIAS:

- BALL, Stephen J. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001. Disponível em: < <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2001/vol1/no2/1.pdf> > Acesso em: 01, dez. 2021.
- CORAZZA, Sandra Mara. **O que quer um currículo**. Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. **“Muitos como Um”**: políticas curriculares, justiça social, equidade, democracia e as (im) possibilidades de diferir. Educar em Revista, v. 36, 2020. Disponível em : < <https://www.scielo.br/j/er/a/HGLQSkbzf9N3RktVzy6GMR/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 01, dez. 2021.

05 e 06 de setembro de 2022.

João Pessoa/PB.





X Colóquio Internacional de Políticas Curriculares  
VI Seminário Nacional do Grupo de Pesquisa Currículo e Práticas Educativas  
III Simpósio da Região Nordeste Sobre Currículo

"Sem Lei Nem Rei, Me vi Arremessado": por outros projetos políticos de  
currículo

FOUCAULT, Michel. **Resumos dos cursos Collège de France (1970-1982)**. Tradução, Anréa Daher; Consultoria, Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LACLAU, Ernesto. **ENTRE A EQUIVALÊNCIA E A DIFERENÇA: NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA TEÓRICO-POLÍTICA DE ERNESTO LACLAU**. In: LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de [Orgs.]. *A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: Ensaios Críticos e Entrevistas*. – São Paulo: Annablume, 2015.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LOPES, Alice Casimiro. **Quem defende os PCN para o ensino médio?**. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). *Políticas de currículo em múltiplos contextos*. – São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. **Por um currículo sem fundamentos**. *Linhas Críticas*, 2015. 21(45), 445–466.

Disponível

em:

<

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4581>> Acesso em: 01, dez. 2021.

MACEDO, Elizabeth. **BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM: NOVAS FORMAS DE SOCIABILIDADE PRODUZINDO SENTIDOS PARA EDUCAÇÃO**. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014. Disponível em: <  
<https://www.redalyc.org/pdf/766/76632904006.pdf> > Acesso em: 01, dez. 2021.

MACEDO, Elizabeth. **A teoria do currículo e o futuro monstro**. In: LOPES, Alice Casimiro; SISCAR, Marcos [Orgs.]. *Pensando a política com Derrida: responsabilidade, tradução, por vir*. – São Paulo: Cortez, 2018.

MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE CURRÍCULO: diferença e a ideia de público**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 3, p. 739-759, set./dez. 2018.

Disponível

em:

<

[https://www.researchgate.net/publication/329840827\\_POLITICAS\\_PUBLICAS\\_DE\\_CURRICULO\\_diferenca\\_e\\_a\\_ideia\\_de\\_publico](https://www.researchgate.net/publication/329840827_POLITICAS_PUBLICAS_DE_CURRICULO_diferenca_e_a_ideia_de_publico) > Acesso em: 01, dez. 2021.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos**. IN: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSA, Sanny S. da. **Uma introdução às ideias e às contribuições de Stephen J. Ball para o tema da implementação de políticas educacionais**. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 4, p. 1-17, 2019. Disponível em: <  
<https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12964>> Acesso em: 01, dez. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. – 3. Ed.; 7.reimp. – Belo Horizonte; Autêntica, 2015.

05 e 06 de setembro de 2022.

João Pessoa/PB.

